

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

Gisele dos Santos da Hora Werneck¹
Núria Muñoz²

RESUMO

O artigo analisa os impactos do racismo e do sexismo na subjetividade de mulheres negras a partir da articulação entre psicanálise, estudos decoloniais e interseccionalidade. A colonialidade e a centralidade da branquitude produzem lugares sociais desiguais, influenciando processos de identificação, sofrimento psíquico e construção de narrativas. O papel da memória e da narrativa na constituição subjetiva é destacado, diante da invisibilização histórica das experiências e resistências negras e indígenas. O racismo é compreendido como fenômeno estrutural que atravessa instituições, discursos e o inconsciente, produzindo efeitos duradouros sobre os sujeitos. A partir da perspectiva interseccional, evidencia-se que mulheres negras vivenciam formas específicas de violência decorrentes da articulação entre raça e gênero. Por fim, defende-se uma clínica psicanalítica implicada nas questões raciais e de gênero, capaz de acolher experiências historicamente silenciadas e promover formas de elaboração subjetiva e resistência às estruturas de dominação.

PALAVRAS-CHAVE: racismo, sexismo, psicanálise, silenciamento, mulheres.

¹ Psicóloga. Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá, Especialização em Clínica Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda em Atenção Psicossocial pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid-ID: <https://orcid.org/0009-0007-3284-459X>. E-mail: horagisele@gmail.com.

² Psicóloga. Possui Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Mestrado em Psiquiatria e Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Professora Associada do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Coordenadora do Mestrado em Atenção Psicossocial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-1493-8062>. E-mail: nuria.malajovich@ipub.ufrj.br.

INTERSECTIONAL PERSPECTIVES IN PSYCHOANALYTIC PRACTICE: THE EXPERIENCE OF BLACK WOMEN

ABSTRACT

This article examines the impacts of racism and sexism on the subjectivity of Black women through the articulation of psychoanalysis, decolonial studies, and intersectionality. It argues that coloniality and the centrality of whiteness produce unequal social positions, shaping processes of identification, psychic suffering, and the construction of narratives. Particular attention is given to the role of memory and storytelling in subjective constitution, especially in the context of the historical invisibilization of Black and Indigenous experiences and forms of resistance. Racism is understood as a structural phenomenon that permeates institutions, discourses, and the unconscious, generating enduring effects on subjectivity. From an intersectional perspective, the study highlights how Black women experience specific forms of violence arising from the interplay of race and gender. Finally, it advocates for a psychoanalytic practice that is attentive to racial and gender issues, capable of welcoming historically silenced experiences and fostering processes of subjective elaboration and resistance to structures of domination.

KEYWORDS: *racism, sexism, psychoanalysis, silencing, Black women.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da hipótese de que operadores simbólicos atravessam os sujeitos de diferentes modos. O privilégio e a centralidade da perspectiva da branquitude determinam lugares sociais desiguais que confinam a experiência de pessoas negras a uma história de subalternidade e violência. A clínica com mulheres negras em um ambulatório público de saúde mental foi o ponto de partida para a discussão aqui sustentada sobre como a psicanálise pode se implicar nas questões relacionadas ao entrecruzamento do racismo e do sexismo, de modo a combater a segregação e construir estratégias discursivas que contribuam para romper com o silenciamento imposto pelo racismo e pela misoginia. Nesse sentido, vale destacar que as questões abordadas neste estudo derivam das reflexões sustentadas por uma mulher negra, periférica, que vive os efeitos do racismo, assim como todos aqueles que experimentam a condição de nascer negro em um país como o Brasil.

Para a psicanálise, a constituição do sujeito não pode ser pensada em desarticulação com o campo do Outro, da alteridade. Nesse sentido, todo sujeito é atravessado por normas sociais e culturais que incidem em seus modos de laço e conformam sua subjetividade.

Partimos da hipótese de que a experiência e a narrativa constituem elementos fundamentais da constituição subjetiva e que os operadores simbólicos não incidem de forma homogênea sobre todos os sujeitos. Procuramos demonstrar como a colonialidade, o racismo e o sexismo participam da produção de lugares sociais desiguais, incidindo sobre os processos de identificação, sobre os modos de sofrimento e sobre as possibilidades de construção de narrativas acerca de si.

O racismo não se restringe à dimensão social ou institucional, mas produz efeitos subjetivos duradouros, inscrevendo-se nos corpos, nos discursos e nas formas de laço. As mulheres negras são marcadas pelo entrecruzamento de diferentes formas de opressão que impactam suas subjetividades, sendo, por essa razão, fundamental que os atravessamentos raciais, de gênero e de classe sejam reconhecidos na clínica psicanalítica. A direção de sustentação de espaços de circulação da palavra, de recepção do testemunho e de elaboração do sofrimento sociopolítico (Rosa, 2022) constitui-se como aposta que

visa acolher experiências singulares, mas não sem destacar as marcas históricas e coletivas que atravessam essas trajetórias.

NARRATIVA, MEMÓRIA E COLONIALIDADE

Experiência e narrativa constituem-se como polos determinantes da subjetividade e definem as condições de comparecimento do sujeito enquanto protagonista de sua história. As narrativas afetam o modo como as experiências são dimensionadas e, na via oposta, acontecimentos podem alterar o ponto de vista dos narradores, abrindo novas reconfigurações que modificam a maneira como uma história é contada. A relação entre experiência e narrativa molda a subjetividade, sendo, por isso, fundamental a possibilidade de contar e compartilhar histórias.

A narrativa permite o intercâmbio discursivo e pode contribuir para a expansão de modos mais inclusivos de laço social, compondo um acervo cultural amplo que dê lugar às diferenças. A autonomia narrativa diz respeito à capacidade de se fazer autor de uma experiência e de transmiti-la para outros. Como mostra Bruner (1991), as histórias contadas são um modo de laço, uma via de conexão e de pactuação entre presente e passado e podem determinar as possibilidades de um futuro.

A narrativa formal sobre a história do Brasil, especialmente no período da escravidão, é tradicionalmente contada sob a ótica de pessoas brancas. Essa perspectiva marginaliza e silencia a visão das pessoas negras e indígenas, invisibilizando o sofrimento a elas imposto. Além disso, a responsabilidade e os privilégios das pessoas brancas raramente são mencionados (Sodré, 2023). Como país colonizado, o Brasil ainda carrega as marcas profundas da diáspora africana. A lógica colonial e a escravização de pessoas negras por mais de três séculos não apenas moldaram nossa história, mas também fundamentam e perpetuam a cultura racista que persiste até hoje.

Como aponta Adichie (2019), a história única provoca uma destituição subjetiva e dificulta o trânsito entre diferentes pontos de vista. Ela captura o sujeito e o deixa imobilizado, fixado em uma posição de onde não consegue escapar. Negar a história, invisibilizar a luta de determinados povos é fazer com que a história seja contada apenas a partir de um ponto de vista, o da branquitude.

A dominação global como sistema ordenador das relações sociais opera na América Latina como a face oculta da modernidade, sustentada por uma matriz colonial do poder. O traço fenotípico da cor da pele funcionou como marcador da diferença entre colonizados e colonizadores, um símbolo distintivo de categoria racial que consolidou a identificação das pessoas consideradas brancas como dominantes. Os povos colonizados negros e indígenas ocuparam, assim, o lugar do Outro, em uma manobra que teve por intuito naturalizar a expulsão do universal e justificar a destituição de humanidade.

A ideia de raça tornou-se critério principal de classificação social e de organização das relações de poder na nova sociedade global, de modo que “na América, a ideia de raça foi a forma de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (Quijano, 2005, p. 118). O escravizado, tomado como coisa, foi considerado como desprovido de funções cognitivas e intelectuais, reduzido a um animal. A relação entre as colônias e a Europa instaurou um estado de exclusão mortífera, em nítido contraste com a promessa de progresso, liberdade e igualdade proclamada pelo ideal europeu (Mbembe, 2018a).

A falta de políticas assistenciais para pessoas negras e indígenas no período pós-escravização fez com que essas populações ficassem à margem da sociedade econômica. Sem emprego ou com empregos informais, a maioria sem moradia e ocupação, sofreu desqualificação e foi considerada como potencialmente perigosa e em oposição às leis e à moral da época. Os estereótipos raciais que associavam grupos não brancos à inferioridade, à degeneração e à incapacidade para o trabalho sobrepunham-se à visão acerca da ação dos quilombos como formas de resistência, bem como à importância dessa organização política e econômica nos movimentos abolicionistas que antecederam a Lei Aurea, mas foram frequentemente apagadas da narrativa oficial.

Tais concepções, difundidas até hoje, constituem-se como estratégias de apagamento da história narrada a partir do protagonismo de negros e indígenas. A invisibilização das formas de resistência e da participação ativa desses grupos na construção do país reforça uma narrativa centrada exclusivamente na perspectiva branca.

Mudanças históricas na estrutura política e econômica da sociedade exigiram uma sofisticação maior nos modos de dominação, com o intuito de perpetuar o racismo. Na atualidade, o racismo se revela em formas sutis e complexas que determinam o desvalor de pessoas negras nos mercados globalizados, estabelecendo a superioridade econômica

e racial dos brancos. As tentativas de apagamento das pessoas negras marcam a história do nosso país: desde a queima dos registros de escravizados no comércio negreiro até o epistemicídio de trabalhos realizados por intelectuais negros (Carneiro, 2018).

RACISMO, SUBJETIVIDADE E SOFRIMENTO PSÍQUICO

Para Guerra (2020), a construção do racismo no Brasil nasce de mecanismos estruturais discursivos e linguageiros ligados aos ideais de branquitude. A condição do racismo contra o negro no Brasil não é contingente, mas antes fruto de um projeto econômico, político, estético e discursivo que revela o modo como se constituiu a relação entre as cores da pele e as raças em nosso território. Considerado pela população branca como sem valor, inferior e deficitário, coisificado, o corpo negro é passível de ser descartado, principalmente quando não cumpre as leis do mercado.

O racismo é um elemento de implicação nos processos identitários e identificatórios do povo brasileiro que incide no inconsciente de pessoas negras e não negras (Silva, 2017). Ao trazer à cena o apagamento de diferenças que jamais foram reconhecidas, o racismo revela a persistência de uma lógica de exclusão que se reproduz tanto nas instituições quanto nas formas de laço social. A ausência de tentativa de reparação das sequelas advindas de anos de escravização agrava a segregação e aumenta ainda mais as iniquidades.

A história da escravidão no Brasil marca e atravessa o inconsciente tanto de negros quanto de brancos. O discurso colonizador provoca efeitos na subjetividade que dificultam ou até mesmo impedem sujeitos de encontrarem as vias de seu desejo, exigindo deslocamentos discursivos capazes de liberar os sujeitos dessas identificações alienantes e segregadoras.

No campo psicanalítico, a constituição do sujeito é determinada pelo seu encontro com a linguagem, a condição de ser social sendo marcada pelo olhar do Outro e por sua nomeação. Constituir-se como sujeito de fala requer uma operação complexa para atar corpo, linguagem e mundo. Essa montagem deixa sempre um resto de gozo que não se integra. O racismo quer justamente eliminar esse resto atribuído ao Outro, provocando ferida, silenciamento, despossessão.

A trama racista, fundada no ódio e na expulsão das diferenças, inscreve-se na organização social, no inconsciente e no corpo. Destituir os sujeitos de sua história e

apagar as dimensões comunitárias e coletivas fazem parte de um projeto extremamente eficaz que visa desfazer laços, provocando desenraizamento e ausência de lastro, desapossando o sujeito de sua história.

Pensar os efeitos subjetivos do racismo, principalmente, daquele que incide sobre os corpos femininos repousa na importância de “lembrar para não precisar repetir” (Silva, 2017, p.74). A recordação é o início de uma tentativa de esquecer, um modo de desatualizar o passado, criando uma linha do tempo que formaliza uma temporalidade possível, promovendo uma separação. A repetição tem, na via oposta, um efeito que atualiza, seguindo a atemporalidade do inconsciente, de modo que o fato passado fica congelado no presente.

O racismo opera em nossa cultura nessa dimensão de repetição, de acting out. Por meio da atuação, descarrega-se em ação o fato que se deveria recordar. “Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar (...)” (Freud, 1914/1996, p.166). Invocar as memórias e a história da escravidão nos aproxima dos efeitos que Freud relaciona. O confronto com lembranças indesejáveis frequentemente se apresenta como obstáculo à elaboração e à superação do racismo. A tendência à repetição pode aprisionar sujeitos e coletividades, uma vez que o racismo estrutural e cotidiano não cessa de produzir sofrimento.

Santos (2020) afirma que o racismo é uma atualização do trauma colonial, uma ferramenta de manutenção de poder da colonialidade, entendida como regime de poder que produz subjetividades. Como mostra Silva (2017), a ferida da colonialidade precisa, para ser sanada, de um amparo no coletivo, pois “o racismo impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte quem o pratica, divide as nações internamente, constitui um obstáculo à cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos” (p.78).

O pacto narcísico da branquitude põe em perspectiva a racialização do branco, definindo um modo de pacto entre pessoas brancas que visa à negação e à manutenção de privilégios raciais. “O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pela desigualdade racial constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade” (Bento, 2002, p. 7). Assim, podemos dizer que a branquitude é esse lugar de privilégios sociais e econômicos, uma racialização não manifesta, negada, que faz com que a branquitude se torne não concreta, um não dito que opera e organiza as relações na sociedade e cria um discurso de silêncio.

O racismo no Brasil nasce com a marca da negação, tanto no contexto histórico e cultural, quanto em relação à negação do próprio racismo. O discurso da meritocracia, somado ao mito da democracia racial, toma a desigualdade racial exposta na pobreza, no desemprego e na privação material como resultante da ausência de méritos pessoais de indivíduos negros (Guerra, 2020).

Gonzalez (1984) demonstra que o mito da democracia racial, sustentado pelo projeto de miscigenação, encobriu violências históricas e normalizou relações profundamente desiguais. A autora mostra como o racismo brasileiro opera por mecanismos de dissimulação que dificultam seu reconhecimento e enfrentamento.

A resistência em admitir a existência do racismo não só compõe o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), mas também cria um imaginário social de que o racismo, ao não ser abordado, se torna inexistente. Kilomba (2019) denuncia a crença na neutralidade como reflexo de uma dupla injunção de poder hierarquizado e fruto de uma tripla ignorância: não saber, não precisar saber e não querer saber sobre os privilégios brancos.

Nessa mesma direção, Gonzalez (2020) afirma que existe uma paixão pela ignorância na branquitude que se opõe ao desejo de saber, fazendo do racismo uma sintomática da neurose cultural brasileira. A autora propõe uma dialética entre memória e consciência, onde a memória está relacionada à história que não foi contada, mas rechaçada e encoberta, enquanto a consciência tende a afirmar como verdade apenas aquilo que se tornou socialmente aceitável. O discurso aparece, então, como possibilidade de denunciar os não ditos e de produzir deslocamentos em relação às narrativas dominantes.

Ambra (2020), retomando Gonzalez (2020), demonstra que o racismo no Brasil é figurado como reatividade, uma denegação do desejo pelo negro e, também, o desejo de negar a cultura brasileira. Freud (1925/1996) indica que a denegação se constitui como um modo de tomar conhecimento daquilo que está recalçado, mas sem uma aceitação desse material. A denegação do racismo seria, para os brasileiros, a negação de algo constituinte, negando aquele que a denuncia, o negro, enquanto nega também a existência do próprio racismo a partir do mito da democracia racial.

Nogueira (2017) elabora o termo *apartheid* psíquico para definir o racismo como forma de pensamento instaurado na psique do negro que separa e aparta segundo cor e

raça. As estruturas psíquicas são, assim, contaminadas pelos ideais hegemônicos. Para Silva (2017), um dos aspectos que a clínica psicanalítica não deve negligenciar é a força dos atributos negativos produzidos pelo racismo, constituindo-se como elementos que irão compor os processos de identidade e identificação, determinando a marca psíquica de impedimento e manutenção do lugar de subordinação e inferioridade nas relações sociais. Tais aspectos funcionam como indicadores de sofrimento psíquico e impedem o reconhecimento do sofrimento, bem como determinam o silenciamento desses sujeitos.

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

Como apresentado até aqui, o colonialismo nas Américas estruturou e organizou o sistema capitalista tal qual o conhecemos hoje, e o racismo está no cerne dessa organização social de hierarquia de poder. O gênero também está colocado nessa hierarquia, recaindo sobre a mulher as sombras do patriarcado, manifestado na misoginia. Assim, são as lentes interseccionais que nos auxiliam no exame dessas relações entre o lugar social, individual, corpo e linguagem que concernem à mulher, especialmente aquela que é objeto de investigação neste estudo, a mulher negra.

O sexismo, não muito distante das premissas do racismo, pressupõe a superioridade do homem em detrimento da mulher. Diante das normas sociais patriarcais e de certas estruturas institucionais, as manifestações do feminino são reiteradamente reprimidas em sua autenticidade. Ao longo da história, isso se manifestou por limitações de direitos, pela limitação da liberdade e pela perpetuação de desigualdades. Trata-se de formas de silenciar, desacreditar e diminuir mulheres em razão de seu gênero.

A misoginia é definida pelo ódio dirigido às mulheres ou às manifestações do feminino. É, por excelência, uma forma de violência contra a mulher, que muitas vezes se revela pela violência física, e quase sempre de maneira sistemática por meio de uma violência simbólica.

Kilomba (2019) indica que, no que se refere às mulheres negras, racismo e sexismo não podem ser tomados como experiências separadas, tratando-se de uma forma específica de opressão em que raça e gênero são produzidos conjuntamente. É importante considerar, além disso, que a mulher negra é a base da pirâmide econômica, tendo seu corpo exposto frequentemente à violência e à violação de direitos pelo Estado, seja por letalidade policial, por violência direta ou pela vulnerabilidade a condições de saúde.

Como mostra Crenshaw (2004), é necessário pensar como a intersecção entre racismo e sexismo afeta as vidas das mulheres negras. A sensibilidade interseccional é, para a autora, um desafio teórico-político a ser abraçado pelo feminismo e pelo antirracismo para deslocar estruturas de dominação que ainda persistem e limitam discursos de resistência.

Akotirene (2019) indica, nessa mesma direção, que as opressões não podem ser hierarquizadas. A leitura dos fenômenos político-sociais precisa romper as dicotomias produzidas em nossa sociedade. O feminismo negro é, segundo a autora, uma tentativa de dialogar “entre/com as encruzilhadas” (p.16). A encruzilhada de avenidas, vias e caminhos convoca à visualização da interseccionalidade em representações espaciais que tornam tangível a compreensão do entrecruzamento das opressões. A autora salienta, com isso, não apenas um ponto onde caminhos se cruzam, mas também um espaço de circulação, conflito, negociação e produção de sentidos.

O resgate do valor ancestral é, para Akotirene (2019), um percurso em direção à decolonialidade do saber, pautado na ética do cuidado e na responsabilidade discursiva. Com isso, a autora salienta a interseccionalidade como ferramenta teórico-política que produz leituras capazes de deslocar relações de poder e criar condições para que sujeitos historicamente marginalizados possam falar a partir de seus próprios lugares de experiência.

Collins e Bilge (2021) concebem, nessa mesma direção, a lente interseccional como um exercício de desobediência epistêmica, modo de questionamento de corpos de conhecimento pautados em relações de poder que sustentam as práticas cotidianas. As autoras chamam a atenção para a necessidade urgente de trazer essa leitura para a esfera da saúde, principalmente em relação à violência que atinge as mulheres negras e que se revela nas práticas e nas políticas que regem o campo.

O pertencimento a determinados grupos pode tornar pessoas vulneráveis a formas de preconceito, mas introduz, também, maneiras específicas de vivenciar e de se opor ao preconceito. A lente interseccional permite, então, grifar aspectos que podem passar individualmente despercebidos, mas cuja abordagem no coletivo amplia a possibilidade de análise crítica para estas vivências. Longe de moldar a experiência vivida ou de determinar o modo de afetação de cada sujeito, a sensibilidade interseccional constitui-se

como desafio teórico-político para deslocar estruturas de dominação que ainda persistem e limitam discursos de resistência.

Spivak (2010) chama atenção para a condição da mulher subalterna, cuja voz é frequentemente mediada e apropriada por outros discursos. A mulher negra encontra-se em posição particularmente vulnerável nesse processo, uma vez que sua fala é constantemente atravessada por relações de poder ligadas simultaneamente à raça e ao gênero. O desafio não consiste apenas em falar, mas em encontrar condições para ser ouvida.

A abordagem psicanalítica utiliza as implicações subjetivas como matéria de investigação, não se limitando a uma separação sujeito-objeto (Souza, 2020). Como indica Kilomba (2019), os escritos acadêmicos precisam incluir realidades fora do centro, perspectivas que falem dos lugares de onde as pessoas se autorizam, que situem os discursos dentro das realidades daqueles que enunciam. Assumir a fala, como mostra Ambra (2020), ao retomar Gonzalez (2020), torna-se uma proposta radical que requisita o modo de falar, visando “assumir nosso pretuguês, assumir que aquilo que se mostra como mais estrangeiro às instâncias (psíquicas e sociais) dominantes, na verdade, as constitui inexoravelmente” (Ambra, 2020, p.16).

A perspectiva interseccional permite compreender como os entrecruzamentos entre raça e gênero produzem formas específicas de violência, sofrimento e exclusão. Ao mesmo tempo, oferece instrumentos para reconhecer estratégias de resistência e construção de narrativas capazes de sustentar modos de existência que escapem às formas hegemônicas de silenciamento.

CLÍNICA, TRANSFERÊNCIA E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

É fundamental operar transformações nas práticas clínicas visando uma maior implicação nos atravessamentos sociais e políticos que conformam os sofrimentos psíquicos, nas encruzilhadas entre identidade, singularidade e diferenças. Trata-se de encontrar estratégias que possibilitem relançar e reenlaçar os sujeitos nas vias de seu desejo, em sua relação ao corpo próprio e à sua história, subvertendo os efeitos mortíferos do racismo e do sexismo no contexto da ferida colonial que ainda opera em nossa sociedade.

Atravessar tais efeitos requer a criação de instrumentos que permitam localizar as incidências do racismo e do sexismo no espaço transferencial, promovendo transformações no campo clínico. Desnortear a prática pode ser um passo no reconhecimento do sofrimento racializado que muitas vezes silencia e marginaliza as mulheres negras (David e Vicentin, 2023). Nesse sentido, o pertencimento é condição para a instauração de modos de laço que se apoiem no comum da diferença, naquilo que marca o incomum de cada sujeito, indicando um modo de coletivização que não prescinde do reconhecimento.

Em nossa experiência clínica em um ambulatório público de saúde mental, o corpo e o gênero dos analistas frequentemente atravessam os encontros clínicos. Com isso, não estamos reivindicando uma identidade de experiências, mas a necessidade de reconhecimento de que a posição do analista nunca é neutra e que os atravessamentos interseccionais aparecem inevitavelmente no espaço transferencial.

Se os entrecruzamentos de raça, gênero e classe participam da produção das desigualdades, também os privilégios e o conforto da pretensa universalidade devem ser colocados em análise. A indicação de Lacan (1958) de que o analista paga com a sua pessoa, emprestando-se como suporte aos fenômenos singulares de uma análise sob transferência, serve como advertência para que os analistas não recuem do lugar assinalado na relação transferencial. Nessa direção, é preciso reconhecer que os entrecruzamentos das matrizes de opressão inevitavelmente aparecem nas relações transferenciais, sendo, por isso, imprescindível que os analistas possam situar-se em relação aos corpos que coabitam o espaço clínico.

O reconhecimento do sofrimento social permite compreender como determinadas experiências atravessam os sujeitos de maneira desigual. A construção de formas mais justas de conhecimento exige que o apoio à narração esteja articulado a um compromisso ético de enfrentamento do racismo e do sexismo e de recusa ao silenciamento.

Trata-se de sustentar formas de nomeação que não reforcem a dimensão traumática produzida pelas estruturas de poder em operação. A abstenção diante dos mecanismos coloniais de dominação implica um trabalho de registro e de elaboração que não desconheça a destituição imposta a grupos historicamente subalternizados, evitando reproduzir processos de apagamento e não reconhecimento.

Em nossa prática clínica, especialmente nos espaços coletivos de conversação e troca de experiências entre mulheres, a circulação da palavra requer das participantes um esforço para encontrar um lugar a partir do qual sustentar a fala. Não apagar os marcadores de raça, classe ou geração é uma forma de possibilitar que cada voz se afirme em uma experiência situada e localizada.

Como sustenta hooks (2019), romper o silêncio e celebrar o alcance da voz de pessoas negras e indígenas para se opor às histórias da colonização e do imperialismo implica reconhecer aquilo que opera no registro da mentira e da manipulação, exigindo reparação. Trata-se, portanto, de criar condições de enunciação que permitam que experiências não hegemônicas encontrem meios de circulação.

Trabalhar com marcadores de raça e gênero na clínica implica refletir sobre o lugar do analista e a capacidade de leitura acerca de como as questões sociais atravessam o dispositivo analítico. Como mostra Rosa (2022), a desqualificação sistemática e o silenciamento imposto a pessoas que enfrentam situação de desvantagem social e de pobreza geram um modo específico de sofrimento que deriva da esfera sociopolítica.

Racismo e sexismo impactam os discursos de mulheres negras e as soluções encontradas por elas para a elaboração das violências experimentadas. O trabalho de rememoração realizado na clínica pode instaurar pontos de separação em relação às identificações opressivas que aprisionam os sujeitos, possibilitando novos arranjos simbólicos. Ao operar deslocamentos entre as dimensões coletiva e singular, podem ser localizados pontos de impasse e identificados modos pelos quais o sofrimento se inscreve em cada história. Como aponta Santos (1998), o desafio consiste em encontrar meios de acolher o estrangeiro, afirmando “a alegria da diferença, verdadeiro antídoto a toda forma de racismo” (Santos, 1998, p. 129).

A psicanálise deve avançar no sentido de situar a branquitude e construir estratégias para lidar com seus enunciados e tecnologias de poder. Fortalecer discursos não hegemônicos constitui condição fundamental para sustentar as possibilidades de fala e detectar formas sutis de opressão. Souza (2021) indica que uma dupla injunção leva a população negra a almejar os ideais da branquitude e a cultivar o auto-ódio a tudo que remete às características negras. Assim, as agressões sofridas são introjetadas e voltam-se contra o sujeito, promovendo uma recusa de si mesmo.

A psicanálise não pode se aliar à política que silencia, apaga e invisibiliza o sofrimento da população negra, devendo afirmar a diferença para operar na contramão da necropolítica, que se funda no cinismo do discurso do ‘somos todos iguais’ e envolve a negação da diferença e das iniquidades como forma de perpetuação da segregação (Mbembe, 2018b).

Só assim pode haver a possibilidade de subversão da fala que, como mostra Gonzalez (2020), se ampara na equivocidade e na afirmação das diferenças. A fala não é isenta, mas condicionada por experiências, lugares sociais e valores transmitidos para os sujeitos. Colocando em perspectiva a lógica da dominação, a autora problematiza a identificação do oprimido com o opressor para subverter, a partir da fala, o lugar do falante. Dar lugar ao novo, imprevisível, a partir da equivocidade da fala é uma estratégia para promover deslocamentos discursivos.

A psicanálise pode desfazer lugares segregativos e contribuir para a assunção da fala pelos sujeitos. Apostar em um trabalho de escuta que favoreça a condição de enunciação é um compromisso que deve ser assumido por aquele que se propõe ao lugar de ouvinte. Trata-se de uma escuta precavida (Santos, 2020), atenta aos marcadores sociais que atingem as pessoas negras, para visar aquilo que se coloca para além do sentido.

É preciso não reforçar identificações segregadoras que poderiam fechar o caminho da transferência e de circulação discursiva. O trabalho analítico deve operar em favor da vivacidade e não da mortificação produzida pelo racismo. Souza (2021) propõe que o racismo é fruto de uma aspiração totalitária que quer excluir o Outro e seu gozo e, ao mesmo tempo, lhe impor o seu. O estrangeiro é pensado pela autora como aquele que é ao mesmo tempo exterior e íntimo, estranho e familiar. Por essa razão, não escutar a diferença ou ainda, não perceber a diferença como estruturante da subjetividade coloca uma questão ética fundamental.

A prática da psicanálise no Brasil exige sensibilidade aos fenômenos da colonização e à persistência da colonialidade. As contribuições do feminismo negro mostram-se fundamentais para compreender não apenas o sofrimento psíquico produzido pela violência, mas também as formas coletivas de resistência e elaboração. Apostamos que a clínica psicanalítica pode contribuir para a construção de condições de enunciação que favoreçam deslocamentos subjetivos diante das identificações segregadoras

produzidas pelo racismo e pelo sexismo. Mais do que oferecer respostas universais, trata-se de sustentar uma prática comprometida com a ética das diferenças e com a possibilidade de que cada sujeito possa construir modos singulares de narrar sua história e de se relacionar com sua experiência. Se as narrativas participam da constituição da experiência, ampliar as possibilidades de narrar e compartilhar histórias constitui também uma forma de resistência aos processos de silenciamento e apagamento produzidos pelo racismo e pelo sexismo.

Sobre o artigo:**Recebido:** 02 de setembro de 2025**Revisado:** 13 de março de 2026**Aceito:** 02 de junho de 2026

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMBRA, Pedro. O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez. **Sig Revista de Psicanálise**, n. 14, p. 85-101, 2020. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2020/11/16/o-lugar-e-a-fala-a-psicanalise-contra-o-racismo-em-elia-gonzalez>. Acesso em: 05 maio 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. doi:10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514. Acesso em: 12 set. 2024.
- BRUNER, Jerome. A construção narrativa da realidade. **Critical Inquiry**, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.
- BUENO, Josiane; VICTORA, Ceres. Do que o nosso cabelo gosta: corporalidade e ativismo negro no discurso das Gúrias Crespas e Cacheadas. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jun. 2018, p. 220-235.
- CARNEIRO, Sueli. **Intelectualidades Negras Brasileiras**. São Paulo: Editora Zahar, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. “Cruzamento: raça e gênero”. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.
- DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Práticas antirracistas na Rede de Atenção Psicossocial: racializar e desnortear. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277115, 2023.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar [1914]. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Edição Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XII, p. 159-172.
- FREUD, Sigmund. A negativa [1925]. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Edição Standard Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX, p. 261-270.
- GUERRA, Andréa Maris. O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. **Revista Subjetividades**, vol. 20 (Especial 2): e9547, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e9547>. Acesso em: 05 maio 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (Org.) Flávia Rios; Marcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios do seu poder [1958]. In: **Escritos** 1958. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 167-190.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

NOGUEIRA, Isildinha. Cor e inconsciente. In: KOM, Noemi Moritz et al. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 121-126.

ROSA, Miriam Debieux. Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e242179, 2022.

SANTOS, Kwame Y. P. Relações raciais: uma questão para psicanálise? **Porto Arte: Revista de Artes Visuais**, v. 25, n. 44, jun.-dez. 2020. ISSN 2179-8001. DOI: <https://doi.org/1022456/2179-8001.109897>.

SILVA, Maria Lúcia. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KOM, Noemi Moritz et al. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 71-89.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional.** 1. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social [1983].** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. O estrangeiro: nossa condição [1998]. In: **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 121-130.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.